



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0005341-65.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **Caio Felipe Baldan**
Requerido: **ASSISTÊNCIA TÉCNICA MEGACELL**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que o autor alegou que foi funcionário da ré durante oito meses e que ela, para não demiti-lo em decorrência da grave crise econômica que acomete o país, locou parte do estabelecimento a fim de que pudesse trabalhar por conta própria.

Alegou ainda que houve divergências quanto ao valor do aluguel, bem como que a autora após retirar objetos que estavam no local em que trabalhava trocou a fechadura da porta, inviabilizando sua entrada ali.

Almeja à condenação da ré a devolver-lhe os bens que retirou e a franquear-lhe a entrada no imóvel, entregando as chaves respectivas.

Os fatos trazidos à colação não ficaram delineados com a indispensável clareza.

Isso porque sem embargo dos documentos de fl. 03 não se apurou com mínima precisão quais as condições da locação celebrada entre as partes.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Nesse sentido, há dúvidas quanto ao objeto da mesma, a exemplo de sua natureza, tendo em vista que a autora asseverou a fl. 31 que ela se voltava apenas a um espaço onde o autor efetuará reparos em celulares.

Nenhum instrumento foi confeccionado de modo a definir o valor da contraprestação devida pelo autor, o tempo da locação ou o lugar para o qual se voltaria.

Como se não bastasse, as alegações de descumprimento das obrigações a cargo do autor expendidas na peça de resistência não foram por ele refutadas.

O quadro delineado, ao qual se alia o desinteresse do autor em aprofundar a dilação probatória (fls. 41 e 49), leva à conclusão de que o mesmo não se desincumbiu satisfatoriamente do ônus de demonstrar os fatos constitutivos de seu direito (art. 373, inc. I, do Código de Processo Civil), inclusive no que concerne à devolução de bens, jamais definidos.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Torno sem efeito a decisão de fl. 10, item 1.

Publique-se e intímese.

São Carlos, 16 de agosto de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA